

CO2, O Maior Negócio da Terra

O mercado de carbono se constituiu a partir do protocolo de Kioto, assinado por quase todas as grandes nações do mundo, com algumas desonrosas exceções como os Estados Unidos. Quase toda a produção industrial, boa parte da produção agrícola e pecuária, e muitos serviços geram carbono (CO2) e o lançam para a atmosfera. Este excesso de carbono gera o chamado efeito estufa já que a camada de carbono aprisiona o calor gerado na terra. Pelo protocolo, as nações se comprometem a produzir um limite máximo do carbono.

Entre os maiores produtores de carbono estão os sistemas de transporte, particularmente os aviões, e a maior parte das fábricas, entre elas, por exemplo, as de cimento, as mineradoras, etc. No sentido inverso, as algas oceânicas e as florestas, por exemplo, capturam o carbono da atmosfera, dentro do princípio básico da fotossíntese. Nas condições atuais, a Terra produz muito mais carbono do que é capaz de capturar. A idéia básica do protocolo é que existe um valor máximo de carbono que os mecanismos de fotossíntese são capazes de absorver, mantendo o planeta em equilíbrio e evitando o efeito estufa.

Em Kioto, este valor máximo de carbono foi dividido em quotas, por países, basicamente em função de sua população, produção econômica e território. Pelo protocolo, o Brasil e outros países emergentes que o assinaram ainda não têm que reduzir a sua produção de carbono, simplesmente porque não produzem tanto carbono como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos, ou porque possuem florestas e/ou porque construíram indústrias limpas que reduzam a emissão.

Normalmente, os países desenvolvidos que ainda não construíram um parque industrial limpo, quer dizer com emissão ten-

dente a zero, produzem mais carbono do que capturam (ou, em termos mais simples, têm mais aviões e fábricas sujas do que florestas). Para produzirem carbono além de sua quota limite - sua responsabilidade em evitar o efeito estufa - precisam retirar mais gases da atmosfera. Quando chegam ao limite de produção de carbono e não têm espaço e/ou meios para capturá-lo - quer dizer, por exemplo, florestas - os países que queiram estão autorizados a comprar créditos em outros países que ainda não atingiram a sua quota de produção.

Ou seja, quem quiser plantar árvores ou construir indústrias limpas, pode vender o efeito de captura que essas árvores geram ou parte da quota de produção de carbono que deixaram de usar. O uso de gás metano de lixo, o uso de energia limpa, e uma infinidade de outras medidas também geram créditos. Este mercado já está em andamento no mundo. A empresa brasileira que estiver interessada em participar do mercado de compra e venda de carbono pode fazê-lo, desde o dia 15 de setembro, através da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Estiveram no lançamento cerca de 300 pessoas, representantes dos conselhos e de associados da BM&F, como corretoras, instituições financeiras, autoridades, empresas, consultorias, associações e institutos ambientais, universidades e escritórios de advocacia.

Mas a questão não é tão simples como parece. É preciso muito trabalho e comprovação para se obter o crédito. E esta não é uma ação que dependa exclusivamente de empresas. Depende muito mais de políticas nacionais e internacionais em favor de indústrias limpas e em defesa das florestas.